



Veículo: O Liberal		
Data: 11/05/2018	Caderno: Polícia	Página: 05
Assunto: Violência		
Tipo: Notícia	Ação: Espontânea	Classificação: Positiva

Mortes executadas por policiais no Pará estão acima da média brasileira

MAPA DA VIOLÊNCIA

Estado também é o terceiro colocado em número de policiais assassinados

O Pará é o terceiro Estado com a maior taxa de homicídios executados por policiais militares e civis do Brasil para cada 100 mil habitantes. O Estado também é o terceiro em número absoluto de policiais mortos no ano de 2017. As informações são do Mapa da Violência, uma parceria do portal G1 com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O estudo foi feito com base nos dados oficiais dos 26 Estados e do Distrito Federal. Procurada, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) informou que precisaria de um a dois dias para se posicionar.

No ano passado, 374 pessoas foram mortas no Estado por policiais, quando o dado é ana-

lisado comparado com o total da população a taxa paraense chega a 4,5, empatando com o Acre em terceiro lugar. Ambos ficam atrás apenas de Amapá (8,3) e Rio de Janeiro (6,7). No Brasil, a mesma taxa ficou em 2,4. O indicador paraense subiu 1,1 na comparação com o ano de 2016 e quase dobrou na comparação com 2015, quando o índice foi de 2,4. O Brasil teve no ano passado 5.012 pessoas mortas por policiais - 790 a mais que em 2016.

No ano passado, 29 policiais mortos no Pará. Os estados do Rio de Janeiro (119) e São Paulo (60) foram os únicos que ficaram na frente do Pará. Nacionalmente a quantidade de policiais mortos caiu 15%. No total foram 385 oficiais assassinados em 2017 no Brasil.

Os pesquisadores apontam que estão envolvidos vários fatores na situação. Wando Miranda, mestre em ciência política do Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), acredita que é necessário realmente desenvolver

uma estratégia de segurança pública ampla. "Ela (estratégia) acabou por priorizar um enfrentamento direto do crime, ao invés do investimento estratégico no setor de inteligência, e de ações de caráter estratégico para o Estado. A atividade de inteligência atua de maneira preventiva na identificação de vulnerabilidades e na identificação de oportunidades para o Estado", justifica.

FACÇÕES

Pesquisador na área de geografia urbana da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Aiala Colares disse que os policiais, principalmente aqueles com patentes mais baixas, como os praças, estão mais vulneráveis a algum atentado e a corrupção por morarem nas periferias onde também há atuação de facções criminosas. "Tanto de um lado quanto de outro existe um enfrentamento, isso é resultado claro de um conflito direto que envolve tanto o Estado quanto o próprio crime hoje. O pano de fundo destes



conflitos todos é que temos hoje uma região cada vez mais influenciada por facções criminosas dentro e fora dos presídios. Estas facções deliberam ordem para que ocorra execução de policiais”, detalha.

Ambos os pesquisadores avaliam que a resposta para solucionar o problema é complexa e as medidas exigem tempo para surtir efeito. “Basicamente, se conseguirmos implementar uma estratégia hoje só conseguiremos ter um efeito prático daqui a doze meses. Qualquer mudança será de baixo impacto imediato, mas uma vida preservada já é um feito para o Estado fantástico”, avalia Wando Miranda.

Aiala Colares acredita que planejar a segurança pública é também melhorar os indicadores econômicos e sociais nas periferias. “O contexto social está levando a esta situação, nesta situação o jovem negro pobre se enquadra no ‘perfil’ de criminoso. Isso é muito ruim porque as pessoas aumentam a discriminação e a distância gera um estigma e afasta o indivíduo da sociedade”.